

Local: ASCT

Data: 18 e 19 de Agosto de 2015

**ENTIDADES PRESENTES:** AFINCA, APOSEN, ASCAPES, ASCON-DF, ASCT, ASPAN-MG, ASSEC-MG, ASSEC-PC-GO, ASSPEN e SINDCT

### **1) AUTOCRÍTICA DO FÓRUM**

O Fórum de C&T discutiu e avaliou a sua atuação nos “novos” tempos, em vista das últimas negociações salariais, a de 2012 e a atual, em curso. Foi criticada a forma de comunicação do Fórum e a necessidade de oportunamente usar recursos de plataformas modernas de comunicação, para reuniões virtuais. Foi argumentado que isto facilitaria a reintegração de entidades afastadas em tempos de recursos financeiros escassos. Houve críticas à página do Fórum, que não funciona mais, enfim, necessidade geral de ajustes na comunicação. O SindCT reconheceu a precariedade da página, motivada por reestruturação da comunicação da entidade e comunicou que não tem previsão de solução rápida. Argumentou que cada entidade deve divulgar os relatórios de atividades e demais documentos oriundos do Fórum, através de sistemas próprios.

Foi alertado que o Fórum precisa se estruturar para a fase atual de atuação que não mais se restringe a negociação salarial, mas ampliou discussão de revivamento e defesa das IPP, contra as OS, pela reestruturação da gestão etc.

O assunto deverá constar de discussão no seminário extraordinário, a se realizar entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro, assim como outros assuntos elencados neste documento, dos quais vale destacar apresentação do COPERE, plataforma que poderia ser usada pela Escola de Formação.

### **2) REUNIÃO COM A SECRETÁRIA EXECUTIVA**

A secretária Emília Curi comentou, ponto a ponto, a pauta de assuntos apresentados ao ministro na reunião do dia 5.

#### **Reposição de RH**

Afirmou que tem negociado com o MPOG não a criação de cargos, mas a reposição imediata das vagas por aposentadorias. Ponderou que o momento é difícil e tem enfrentado dificuldades até para executar contratações para cumprir o TAC do CNPq, o que a obrigará a pedir dilação do prazo da justiça. Ressaltou que o TST não permite mais a contratação de terceiros. Afirmou que está agindo em duas frentes: autorização de preenchimento de vagas, com concursos para o ano que vem, e remanejamento de servidores aprovados em concursos, como o do CEMADEN, para instituições em situação crítica.

#### **Modernização dos IPP**

Sobre o reativamento das IPP, afirmou que fez uma primeira reunião com as instituições e que as tem recebido isoladamente para discutir opções de solução dos problemas e estabelecer ações conjuntas.

#### **Transformação das IPP em OS**

O Fórum de C&T alertou que continuam as pregações de transformação dos IPP em OS, exemplificando a fala do ex diretor do INPE, em reunião da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras – AIAB, em São José dos Campos. Manifestando-se como representante da SBPC, apregou o modelo de OS como a única saída para solucionar os problemas do setor aeroespacial. Evidentemente, houve manifestação cautelosa do atual diretor.

A secretária afirmou que não há nenhuma ação do MCTI neste sentido. Ponderou que não é fácil nem

barato criar OS. Explicou que é preciso publicar edital e conduzir processo pleno de regramento. Reforçou que nem ela nem o ministro acreditam que esta seja a solução para o país. Afirmou que a explanação feita ao ministro pela interlocução do Fórum de C&T (Chico Pereira – ASCON-RJ – reunião do dia 5 de agosto) foi muito feliz e que o ministro esteve muito atento à formulação histórica e aos argumentos apresentados contra o modelo de OS. Enfim, afirmou que o MCTI não vai abrir edital ou empreender qualquer movimento para criar OS, que não é momento apropriado, que não existem recursos, que não está na pauta e que qualquer manifestação neste sentido seria iniciativa isolada de pesquisadores ou da própria instituição, sem no entanto contar com a participação do MCTI.

### **Modelo busca de dirigentes das IPP**

Sobre comitê de busca demonstrou ter dúvidas sobre como seria indicada a representação dos servidores. O Fórum de C&T afirmou estar preparando proposta estruturada em forma de regramento legal e justificativas. O Fórum de C&T adiantou que a proposta não somente se preocupa com a representação dos servidores na constituição dos comitês de busca como também com a possibilidade de inclusão da Carreira de Analistas ter assento tanto no comitê como na candidatura aos postos de direção.

Sobre Escola de Governo - EG para a C&T a secretária insistiu na sua posição contrária, alegando que o momento é inoportuno para a criação de mais uma entidade, por absoluta falta de recursos, da mesma forma com o não os há para a criação de OS.

Apesar de sua insistência em não haver espaço nem para discussão, o Fórum de C&T afirmou que continuará insistindo nesta questão. Afirmou que EG seria espaço para aperfeiçoar a gestão da capacitação e do conhecimento no conjunto das IPP. Sob abertura de atenção da secretária, o Fórum seguiu argumentando que é possível estabelecer conceitos que viabilizem a implantação da EG sem custos ou a custos irrisórios, através de plataformas modernas de informática e convênios, por exemplo, com a ENAP, que inclusive já dispõe de cursos estruturados de utilidade imediata para o MCTI e que poderiam ser disponibilizados. Foi argumentado que o problema estaria muito mais adstrito à vontade do que propriamente da exigência orçamentária. Foi citada discussão que já ocorreu no âmbito do CNPq de constituição de uma Universidade Corporativa, sem dispêndio de recursos, apenas aproveitando o potencial e a oportunidade de ter na estrutura laboral muitos mestres e doutores. Esta discussão no CNPq parou por causa da troca da direção, mas deve retornar, desta feita, quem sabe, considerando oportunidades suscitadas pela possível instalação da EG.

O Fórum reforçou que esta é ma questão de grande interesse porque respeita à criação de espaços de discussão dos problemas de gestão dos IPP, podendo vindo a se tornar foco de anseio dos servidores e fonte de informações e ferramentas úteis à administração geral.

### **Valorização Orçamentária dos IPP**

A secretária expôs previsões nada animadoras para 2016, que enfrentaria restrições ainda piores do que as deste ano. Afirmou que terá problemas de custear a produção de radiofármacos já a partir de setembro. Na luta por adaptar orçamento em queda com as necessidades, se preocupa com a manutenção dos empregos das pessoas, mas que terá que manter apenas o absolutamente essencial, com cortes de terceirizados e bolsistas. Informou que tem estado no MPOG explicando cada programa e cada necessidade a fim de tentar evitar mais cortes e que tem orientado as unidades para que executem os orçamentos, que caso contrário, serão cortados para o próximo exercício.

### **Campanha Salarial**

O Fórum cobrou atuação do MCTI quanto à incorporação da GDACT ao Vencimento Básico – VB, compromisso do ministro na reunião do dia 5 de agosto. O Fórum informou que reclamou com o Secretário das Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, da injusta falta de oportunidade de discutir outras questões, extra salariais, fora do bojo da campanha salarial.

A secretária solicitou que o Fórum de C&T prepare proposta estruturada na forma legislativa com

justificativas a fim de, após consolidação, ser encaminhada ao MPOG. Considerou que também seria necessário preparar um trabalho preditivo de impacto financeiro e argumentações de defesa. Deu o mesmo encaminhamento à proposta do Fórum de C&T de construir para as Carreiras de C&T o mesmo mecanismo legal das IFES, que permite reposição automática de vacância de servidores. Concluiu pela possibilidade de encaminhar ao MPOG uma pauta enxuta, limitada a três tópicos, priorizada pelo Fórum de C&T, assuntos estruturados na forma de projetos legislativos prontos, com justificativas, de forma a ser mais facilmente assimilada e viabilizada. Em resumo, preliminarmente, os primeiros assuntos, sujeitos a aprofundamentos de discussão, seriam projetos relacionados: GDACT; reposição de servidores e Comitê de Busca.

### **Cancelamento das Rubricas de Consignatárias**

Por fim, o Fórum de C&T solicitou apoio com relação ao cancelamento de consignatárias publicado no DOU de 14 de agosto de 2015, que entre as 198 rubricas se encontram mais da metade das entidades das Carreiras de C&T. Foi alegada a arbitrariedade da decisão, que ocorreu sem nenhum aviso prévio ou oportunidade de serem evitadas através de atendimento a qualquer pendência formal. A secretária foi informada que está em andamento um processo de recadastramento das consignatárias que já se arrasta por quase quatro anos, o que gera muita insegurança às entidades. Foi solicitada intervenção do MCTI junto ao MPOG, pois as tentativas de contatar os setores responsáveis em busca de informações têm sido frustradas.

### **3) MESA DE TRABALHO DO FÓRUM – COMITÊ DE BUSCA DE DIRIGENTES DE UP**

A ASCT alertou que a mudança da regulamentação não pode ser apenas na portaria MCT nº 1.037, de 10.12.2009, mas tem que incluir o decreto 5.886, de 06 de setembro de 2008. Foram apresentadas propostas de alterações dos dois dispositivos, que foram lidas e apreciadas. Deliberou-se por pequenas inclusões ao texto, à cargo da ASCT, que inclusive objetive a produção de projeto no formato legislativo, incluindo justificativa de alteração.

O produto será encaminhado à secretaria para ampla divulgação preparatória, para fechamento na próxima reunião do Fórum.

### **4) SEMINÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO FÓRUM DE C&T**

Foi deliberado pela realização de um seminário a fim de discutir questões estruturantes. Deverá ocorrer em Brasília, entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro. A ASCAPES verificará a possibilidade de acomodar o evento nas instalações da CAPES. Deverá haver sessões abertas à participação ostensiva e também sessões fechadas, segregadas a discussões internas.

Quanto à formatação, foram elencados seis módulos com os seguintes assuntos:

Abertura – A missão do MCTI – Ministro de C&T ou Secretária Executiva

Módulo 1 – Escola de Governo – Palestra e debates – ASCT;

Módulo 2 – Estruturação do Fórum de C&T - avaliação de trajetória e novos desafios;

Módulo 3 – Organizações Sociais – Constituição, regimento, modus operandi etc;

Módulo 4 – Comitê de Busca de Dirigentes de UP;

Módulo 5 – Código Nacional de C&T – EC 85/2014 e PL 2.177

Submete-se a críticas e sugestões assim como se espera contribuições de condução e encaminhamento.

### **5) REUNIÃO COM MPOG SOBRE CONSIGNATÁRIAS**

O Fórum de C&T articulou insistentemente para ser recebido pelo MPOG a fim de se informar e reclamar sobre os cancelamentos de rubricas das consignatárias. Entretanto, apenas após o encerramento dos trabalhos do Fórum de C&T, é que cinco representantes de entidades, AFINCA, ASSEC-MG, ASSEC-PO-GO,

ASCAPES e SindCT, conseguiu ser atendido pelo Sr. Vladimir Nepomuceno, na SRT.

O Fórum citou a publicação do cancelamento no Dou de 14 de agosto, que cancela a rubrica de 198 consignatárias, incluídas a metade da representação do Fórum de C&T, sem nenhuma explicação ou estabelecimento de canal de comunicação que possa elucidar minimamente as dúvidas. A única informação é que os processos de recadastramento foram devolvidos às consignatárias, através dos correios, com notificação do vício ou deficiência que suscitou o cancelamento.

O Fórum afirmou que a decisão arbitrária só faz suscitar sentimento de sabotagem às instituições e busca cercear a representação associativo sindical. Foi afirmado que as associações mantém elevado estado de alerta e atenção sobre este assunto e que não houve nenhum aviso ou pronunciamento sobre iminente cancelamento.

Vladimir Nepomuceno afirmou que também estava chocado com o acontecido e que as nossas argumentações reforçam exatamente o pronunciamento de outras instituições. Entendeu que o momento não é oportuno, pautado por intensas negociações salariais, o que poderia de fato suscitar suspeitas de retaliação. Afirmou que conversaria com o Secretário Sérgio Mendonça ainda hoje a fim de informá-lo e buscar contato com a SEGEPE, que é a secretaria responsável pelo assunto.

O Fórum solicitou que fosse mantido o desconto em folha e a transferência às instituições até que seja elucidado o caso e, se for o caso, supridas as deficiências apontadas. Muitas instituições estão sendo cobradas por documentos que já foram fornecidos, havendo ainda o caso da impossibilidade de suprir outros, por imposição de processos. É o caso do balanço patrimonial, que depende de a Receita Federal abrir recepção de declaração de pessoa jurídica, o que só ocorrerá no próximo mês. Enfim, foi avaliado que faltou comunicação, bom senso e diálogo, em lugar da atitude arbitrária e truculenta.

Vladimir Nepomuceno ficou de entrar em contato com a secretaria do Fórum de C&T na manhã de amanhã, dia 20 de agosto, para informar os encaminhamentos da questão.

### 3) Outros assuntos

Foi alertado que a venda de parte da BR distribuidora representa a volta do humus entreguista de ativos de estatais. O PL 131, de autoria do senador José Serra abre a exploração do petróleo do Pré-Sal para empresas estrangeiras, sob o pretexto de amenizar a crise econômica. Há um grupo de parlamentares que no CN promovem uma frente de resistência, em apoio à Petrobras e o Pré-Sal.

O Fórum de C&T convida as lideranças que busquem conhecer o projeto de lei, formem opinião e difundam a questão nas bases. Certamente os ataques à Petrobras terão impacto direto no setor de pesquisa e desenvolvimento, com consequentes perdas de empregos. Precisamos ter posição sólida para influenciar a sociedade e influenciar um posicionamento do MCTI, sabermos o posicionamento do PC do B e do ministro.

### INDICATIVO DE CONVOCATÓRIA

Ao final do encontro com Vladimir Nepomuceno, foi inevitável o questionamento dos encaminhamentos da Campanha Salarial. Ele afirmou que todos os dados coletados foram repassados ao governo e que a SRT aguarda posicionamento, que deverá ser explicitado ainda esta semana. Os próximos passos serão comunicar a decisão aos servidores nas reuniões setoriais, para que as instituições levem às assembleias de base e retornem com a decisão. Tudo isto tem que ocorrer antes de 31 de agosto.

Dada a expectativa, entendemos que a reunião setorial da C&T deverá ocorrer na próxima semana. A secretaria tentará obter a data o mais breve possível, mas não há ainda nenhuma informação que subsidie convocatória antecipada, haverá correria, inevitavelmente.

Outro aspecto diz respeito ao fato que deveremos planejar assembleias para segunda-feira, dia 31 ou, no mais tardar, terça-feira, dia 1o. De setembro, a fim de retornar com a decisão para o MPOG já no decurso de prazo das negociações.



## **CONVOCATÓRIA**

Dado o cancelamento da reunião da semana passada, que estava direcionada ao diálogo da AFINCA com a secretária Emília, o dia de hoje, 19 de agosto, estava direcionado ao atendimento daquela entidade. Entretanto o espaço foi ocupado pelo Fórum de C&T, em função da necessidade de extensa pauta acumulada.